



Miguel Relvas
Portugal primeiro, soluções nacionais
acima de soluções partidárias

O imobilismo do PS
Marco António Costa

POVO LIVRE



nº 1653

21 de Julho de 2010

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Passos Coelho preparado para governar Portugal quando os Portugueses quiserem



O Presidente do PSD no 36.º aniversário da JSD

Parlamento **p.9**

“Portugal precisa de uma nova
esperança”

Local **p.13**

PSD/Évora quer ajudar a repor o
equilíbrio das finanças da autarquia

Regional **p.14**

Armas ilegais no arquipélago
inquieta deputados

O Presidente do PSD, em entrevista ao “Público”

Portugal, o Futuro, a Economia, as Finanças, a Sociedade

Pedro Passos Coelho concedeu uma longa entrevista ao jornal “Público”, na qual, entre diversos assuntos da maior actualidade nacional, fala das necessárias modificações constitucionais e recusa a abertura de uma crise política, neste momento e com a responsabilidade do PSD. O presidente defende ainda períodos mais longos de governação, mas facilita mudanças de executivo: pelo Presidente e pelo Parlamento. Pedro Passos Coelho considera que o Governo precisa de “um novo impulso”. Mas não quer, para já, uma crise política. Na proposta de revisão constitucional, no entanto, abre a porta à agilização da substituição dos executivos.

Propõe que o Presidente possa demitir o Governo. E que o Parlamento possa substituí-lo, através de uma moção de censura destrutiva.



P - Concorde com o seu líder parlamentar, que no debate do Estado da Nação afirmou que o Governo está demasiado ausente, inexistente e descredibilizado. Seria desejável uma clarificação?

R - Penso que Portugal não beneficia com o quadro de esgotamento do Governo. Se me pergunta se o Governo está a precisar de um novo impulso, parece-me evidente. Mas essa é uma decisão do primeiro-ministro e do PS, não é uma decisão que caiba ao PSD.

Não sou analista político, não vou perder tempo com essa questão. Digo apenas que o PSD saiu das últimas eleições há nove meses como maior partido da oposição. Perdemos as eleições. Mas não temos mau perder.

O PSD renovou a sua liderança com uma nova equipa e esta apresentou-se com uma proposta ambiciosa: preparar um novo ciclo de mudança do país para duas legislaturas. E é isso que estamos a fazer. O facto de estarmos numa crise económica difícil obriga Portugal a ter muito cuidado com a imagem externa que oferece, para criar credibilidade e condições de financiamento à economia.

Se, de repente, o nosso sistema financeiro ou a própria República, não tivesse capacidade de se financiar, porque os mercados desconfiam de nós, tínhamos um desastre económico em Portugal.

P - Há quem diga que estamos num impasse constitucional. Os poderes do Presidente da República devem ser mexidos na revisão constitucional?

R - Eu disse no início deste processo que não via uma grande necessidade de mexer no equilíbrio de poderes, mas precisamos de alguns ajustamentos, sem desfigurar o chamado regime semi-presidencial fraco. Mas julgamos que é útil clarificar melhor o instrumento das moções de censura e de confiança ao Governo, sobretudo em cenários em que não haja maiorias absolutas. Devemos caminhar para uma maior responsabilização dos partidos quando censuram os Governos.

Hoje, quando uma moção de censura é aprovada, os partidos não se comprometem na apresentação de uma alternativa.

É a chamada moção de censura destrutiva: derruba-se o Governo e depois se vê. O que eu proponho é que, se os partidos políticos não propuserem uma alternativa quando apresentam uma moção de censura, deve haver a obrigatoriedade de dissolução do Parlamento, para que os eleitores escolham um novo Governo.

P - Quer dizer que o Governo pode mudar de mãos sem eleições?

R - Quer dizer que, se os partidos que derrubam o Governo não querem eleições, quando apresentam a moção de censura têm que apresentar um governo alternativo. E aí o Presidente da

República não pode dissolver o Parlamento, tem de dar posse a esse executivo. O Parlamento tem de ter a responsabilidade dos seus actos.

P - Esse seria um instrumento desejável neste momento?

R - Se nós tivéssemos hoje esse instrumento, os partidos que derrubassem o Governo ficavam com a obrigação de apresentar um Governo alternativo. Caso contrário, saberiam que estavam a produzir um cenário de eleições.

P - O Presidente fica com um poder mais limitado. Admite alargar algum outro?

R - Actualmente o Presidente da República pode dissolver o Parlamento ouvindo apenas o Conselho de Estado. É um poder arbitrário que tem, com o qual nós concordamos. Não se deve mexer nele. Mas o Presidente não tem o poder de demitir o Governo, a não ser que esteja em causa o regular funcionamento das instituições.

Há aqui qualquer coisa que não está equilibrada depois destas revisões todas. O Presidente tem um poder absolutamente arbitrário para dissolver o Parlamento, mas não tem o poder de demitir o Governo. O que significa que, algumas vezes, pode acontecer que o Presidente, não tendo o poder de demitir o Governo, recorra à dissolução do Parlamento para obter o mesmo efeito. Isso não devia ser necessário, o Presidente deve ter também o poder de demitir o Governo.

O Governo devia depender da confiança do Parlamento e do Presidente da República.

P - Essas medidas não alteram o regime semi-presidencialista?

R - Eu julgo que não. Reequilibram um pouco, mas não alteram no essencial o tipo de regime que temos. Responsabiliza mais os partidos no Parlamento e responsabiliza mais, também, o Presidente da República, relativamente às soluções de governo e em relação à forma como os Governos exercem os seus mandatos.

P - Quem fica mais fragilizado é o Governo, mais à mercê do poder arbitrário do Presidente e das maiorias conjunturais do Parlamento. Não prevê nenhum reforço para o poder executivo?

R - Dentro dos ajustamentos do sistema político, entendemos que se deve dar um maior quadro de horizontes de estabilidade ao Governo, e nessa medida aumentar a legislatura de quatro para cinco anos. Isto serve essencialmente para os Governos poderem fugir à preocupação eleitoral que os ocupa demasiadamente cedo. No primeiro orçamento, um Governo apresenta sobretudo um plano de intenções.

Depois, tem dois anos para o aplicar e no último orçamento já está a pensar em eleições. Uma parte da governação já está muito influenciada pelas eleições. Mandatos de cinco anos dariam mais tempo para reformas mais estáveis e atribuiriam mais responsabilização aos actores políticos.

P - Esse alargamento acarretaria, em consequência, um mandato presidencial também mais longo?

R - Sim, o Presidente da República deveria ter um mandato de seis anos, para não coincidir com o período da legislatura. É essa a nossa proposta, que vamos apresentar ao Conselho Nacional na próxima semana.

P - Outra proposta do PSD é a designação das entidades reguladoras pela Assembleia da República. Porquê?

R - O Governo tem, tradicionalmente, uma ideia, senão estritamente partidária, pelo menos uma ideia governamentalizada do que é o Estado. Exemplo típico disso são os reguladores. O facto de estes continuarem muito na dependência da tutela governativa e do Governo interferir excessivamente na regulação é negativo. Propomos que seja o Parlamento, com uma maioria qualificada, que não seja apenas aquela que suporta o Governo, a designar os reguladores sob proposta do Governo. Isto mexe nos poderes do Parlamento e do Governo.

Cortes em salários não estão na perspectiva do PSD

P - O PSD tem vindo a estreitar as suas condições para viabilizar o próximo R Orçamento do Estado. Quais são?

R - Não tem havido, da parte do PSD, uma escalada de condições.

Na semana passada, o ministro das Finanças disse que o OE incluiria medidas relativas aos benefícios fiscais que o PS sabe que não correspondem ao desejo do PSD. Eu aproveitei para dizer duas coisas. Primeiro: depois de termos aumentado o IRS não podemos aumentar novamente os impostos às famílias, diminuindo as deduções que podem fazer na educação e na saúde. Seria um duplo aumento de impostos.

Segundo, o PSD entende que o Governo deve apresentar, no OE, um programa de combate à despesa. São duas observações úteis para um Governo que não tem maioria absoluta no Parlamento e deve saber com o que conta.

P - O PSD vai propor áreas para os cortes na despesa?

R - É provável que sim, mas entendemos que faz sentido ser o Governo a fazê-lo na proposta de OE. Nós até já apresentámos propostas para cortar despesa, a última das quais visava atacar os consumos intermédios – outsourcing, pareceres encomendados pela administração ao exterior, comunicações, etc..

P - Em última análise, admite o cenário de o País ficar sem OE?

R - O que posso dizer é que é desejável que haja orçamento aprovado para 2011. Mas não está nas mãos do PSD garantir que não há um quadro de instabilidade, porque não é o PSD que está no Governo. Como maior partido da oposição, enunciámos as condições para podermos viabilizar um orçamento.

P - Nas jornadas parlamentares do PSD, uma das propostas para reduzir a despesa foi trazida por Ernâni Lopes: cortes drásticos de salários dos funcionários públicos. Paulo Rangel também o defendeu. Qual é a sua opinião?

R - Os cortes em salários não estão na perspectiva do PSD.

Portugal olhará para medidas extremas se vir necessidade extrema de as adoptar. Se for absolutamente indispensável tomar medidas muito drásticas, equacioná-las-emos.

Estou convencido de que, no actual contexto, não precisamos de tomar medidas dessa natureza. O que precisamos é de fazer uma reforma do Estado que diminua de maneira permanente a despesa pública. Precisamos de contenção nos próximos anos, com actualização dos salários abaixo da inflação, para os salários mais altos e actualizações ao nível da inflação para os mais baixos.

Proposta de ex-ministro Ernâni Lopes recusada

Cortes em salários não estão na perspectiva do PSD. Passos Coelho nega estar a fazer uma escalada nas condições para viabilizar orçamento. "São observações úteis" para um Governo em minoria, afirmou

P - O PSD tem vindo a estreitar as suas condições para viabilizar o próximo Orçamento do Estado. Quais são?

R - Não tem havido, da parte do PSD, uma escalada de condições. Na semana passada, o ministro das Finanças disse que o OE incluiria medidas relativas aos benefícios fiscais, que o PS sabe que não correspondem ao desejo do PSD. Eu aproveitei para dizer duas coisas. Primeiro: depois de termos aumentado o IRS, não podemos aumentar novamente os impostos às famílias, diminuindo as deduções que podem fazer na educação e na saúde.

Seria um duplo aumento de impostos.

Segundo, o PSD entende que o Governo deve apresentar, no OE, um programa de combate à despesa. São duas observações úteis para um Governo que não tem maioria absoluta no Parlamento e deve saber com o que conta.

P - O PSD vai propor áreas para os cortes na despesa?

R - É provável que sim, mas entendemos que faz sentido ser o Governo a fazê-lo na proposta de OE.

Nós até já apresentámos propostas para cortar despesa, a última das quais visava atacar os consumos intermédios – outsourcing, pareceres encomendados pela administração ao exterior, comunicações, etc-

P - Em última análise, admite o cenário de o País ficar sem OE?

R - O que posso dizer é que é desejável que haja orçamento aprovado para 2011. Mas não está nas mãos do PSD garantir que não há um quadro de instabilidade, porque não é o PSD que está no Governo. Como maior partido da oposição, enunciámos as condições para podermos viabilizar um orçamento.

P - Nas jornadas parlamentares do PSD, uma das propostas para reduzir a despesa foi trazida por Ernâni Lopes: cortes drásticos de salários dos funcionários públicos. Paulo Rangel também o defendeu. Qual é a sua opinião?

R - Os cortes em salários não estão na perspectiva do PSD. Portugal olhará para medidas extremas se vir necessidade

extrema de as adoptar. Se for absolutamente indispensável, tomar medidas muito drásticas, equacioná-las-emos. Mas estou convencido que, no actual contexto, não precisamos de tomar medidas dessa natureza. O que precisamos é de fazer uma reforma do Estado que diminua de maneira permanente a despesa pública.

Precisamos de contenção nos próximos anos, com actualização dos salários abaixo da inflação para os salários mais altos, e actualizações ao nível da inflação para os mais baixos.

P - Num momento de crise, em que o próprio PSD admite que as desigualdades estão a aumentar, e o Presidente está preocupado, como olha para a despesa social e onde admite reduzi-la?

R - Na despesa social, temos as despesas com a educação, saúde e com o regime não-contributivo da Segurança Social. Olhando para o longo prazo, sabemos que temos de aumentar a riqueza para diluir o peso destas despesas. Precisamos de disciplinar a atribuição dos subsídios e a maneira como nos hospitais e na saúde o dinheiro é gasto. E precisamos de criar um clima de maior competição entre a área pública e a área privada para reduzir a ineficiência.

A ideia de que o Estado social não pode custar o que custa, é uma inevitabilidade, não é um desejo. Hoje a maior ameaça ao Estado social são as políticas do PS e do Governo, que o tornam insustentável.

P - Admite reduzir as prestações sociais?

R - Essas prestações sociais têm sido vistas como uma forma de o Estado assistencial poder valer com dinheiro a pessoas que têm riquíssimos recursos. São instrumentos importantes que o PSD quer preservar. A nossa preocupação é saber se aqueles que precisam desses apoios são os que os recebem. E o que tem acontecido, como o Governo vem reconhecendo, é que sem controlo, sem disciplina, se distribuiu dinheiro a quem não precisava necessariamente.

É por isso que o Governo avançou com a condição de recursos e vem dizer que, sem mexer no Rendimento Social de Inserção, tenciona gastar menos 140 a 150 milhões de euros em 2011. Isso significa que o Governo reconhece que esteve a gastar dinheiro indevidamente com pessoas que, se calhar, não precisavam.

P - Num momento de crise, em que o próprio PSD admite que as desigualdades estão a aumentar e o Presidente está preocupado, como olha para a despesa social e onde admite reduzi-la?

R - Na despesa social, temos as despesas com a educação, saúde e com o regime não-contributivo da Segurança Social.

Olhando para o longo prazo, sabemos que temos de aumentar a riqueza para diluir o peso destas despesas. Precisamos de disciplinar a atribuição dos subsídios e a maneira como nos hospitais e na saúde o dinheiro é gasto. E precisamos de criar um clima de maior competição entre a área pública e a área privada para reduzir a ineficiência. A ideia de que o Estado Social não pode custar o que custa é uma inevitabilidade, não é um desejo. Hoje a maior ameaça ao Estado social são as políticas do PS e do Governo, que o tornam insustentável.

P - Admite reduzir as prestações sociais?

R - Essas prestações sociais têm sido vistas como uma forma de o Estado assistencial poder valer com dinheiro a pessoas que têm riquíssimos recursos. São instrumentos importantes que o PSD quer preservar. A nossa preocupação é saber se aqueles que precisam desses apoios são os que os recebem. E o que tem acontecido, como o Governo vem reconhecendo, é que sem controlo, sem disciplina, se distribuiu dinheiro a quem não precisava necessariamente.

É por isso que o Governo avançou com a condição de recursos e vem dizer que, sem mexer no Rendimento Social de Inserção, tenciona gastar menos 140 a 150 milhões de euros em 2011.

Isso significa que o Governo reconhece que esteve a gastar dinheiro indevidamente com pessoas que se calhar não precisavam.

CGD, livre de outros negócios deve funcionar como Banco de Desenvolvimento

O líder do PSD desdramatiza o eventual recurso de Portugal ao Fundo de Emergência, mas defende que o País se deve concentrar na redução da despesa. Pedro Passos Coelho considera que a Vivo não deve ser mantida na PT a qualquer preço.



P - A Moody's desceu o "rating" para Portugal esta semana e muitos têm admitido que Portugal tenha de recorrer ao Fundo de Emergência da União Europeia, senão mesmo ao FMI. Nesse cenário, o que teria o PSD a dizer?

R - Acho que o PSD já contribuiu para que não se chegasse a esse nível. A Moody's não actualizava o seu "rating" sobre Portugal há cerca de 15 anos e não se esperava outra coisa. É um eco das outras agências de notação. A única vantagem é não nos deixar esquecer o que temos ainda para fazer. É importante que o país se concentre no combate à despesa. Se o fizermos, estou convencido que, a menos que haja um cataclismo externo, Portugal não necessitará de recorrer ao fundo. Mas se Portugal ou outros países tiverem necessidade de o fazer, devem fazê-lo. Ele foi criado para ser usado. O problema da Europa não é Portugal e Espanha, infelizmente é mais alargado. Se na Europa tiver de se accionar esse fundo para além da Grécia, era útil que vários países o viessem a fazer, mesmo numa situação de normalidade.

P - Manifestou-se contra o uso da golden share na PT, mas concordou com a decisão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) votar contra a venda da Vivo. Porquê?

R - Eu reafirmei que era contra a existência de "golden shares". Se entendia que o Estado não devia ter poderes especiais nas empresas que privatiza, não ia elogiar a sua utilização. Sobre a PT, disse que era importante para a PT não alienar a participação na Vivo, porque é uma participação financeiramente muito boa, dá escala à PT e permite estar numa área de mercado que vai ainda crescer muito, numa economia emergente, como o Brasil.

Mas sabemos que ela não pode ser detida a todo o custo. Eu penso que não era aquele preço. Agora, o que é estratégico para o país não é a participação da PT na Vivo. É o desemprego estrutural que tem de baixar. É saber se vamos criar condições para o crescimento económico com investimento privado ou se vamos continuar a ter perspectivas de crescimento divergentes com o resto da Europa.

Isso para nós é que é estratégico, saber se vamos continuar com a pobreza sistémica que temos ou retirar as pessoas da pobreza.

P - Um Governo liderado por si não defenderá as empresas portuguesas no contexto internacional?

R - As empresas portuguesas são importantes, mas têm os seus accionistas. Na medida em que o Estado possa ter participação nessas empresas, tem que ter uma opinião sobre essas

empresas. A Caixa Geral de Depósitos, tem uma participação na PT, mas esta, na sua grande maioria, pertence a accionistas privados. Nós precisamos de empresas robustas que acrescentem valor. É o Estado que deve entrar nas empresas e dizer o que têm de fazer? Para isso nacionaliza as empresas todas. Não é essa a minha concepção de Estado nem de empresas.

P - Já defendeu a privatização da CGD e recuou. Continua a pensar que o

Estado deve mantê-la?

R - Não creio que nesta altura fosse sensato abrir um processo que geraria instabilidade e imprevisibilidade. Julgo que a Caixa precisa de se recentrar no seu mandato financeiro. Deveria, de forma escalonada, programar a sua retirada de negócios que não lhe cabem, como os seguros ou a saúde. E deveria acentuar uma vocação para funcionar como uma espécie de banco de desenvolvimento, que tivesse uma componente de capital de risco e funcionasse como um instrumento para o Estado ajudar ao desenvolvimento do País, propiciando condições de investimento para as empresas portuguesas. Mas não se deve, nesta altura, equacionar a privatização.

Impostos de rendimentos financeiros mais justos...

O líder social-democrata explica papel do Estado e traça diferenças com o PS: "O Estado existe na economia para definir regras, fiscalizá-las e fazer redistribuição"

P - Se o PSD ganhar as próximas legislativas com maioria relativa, admitiria uma coligação com o PS? Têm programas compatíveis?

R - Nas actuais circunstâncias, não. Por exemplo, no dossier das privatizações, o PS quer privatizar um conjunto de empresas simplesmente para diminuir a dívida pública.

P - Mas não discorda das privatizações em si?

R - Não. Quem parece discordar é o PS: uns dias quer privatizar, noutros diz que quem privatiza é um perigoso neoliberal...

P - O plano de privatizações do PS é pouco ambicioso?

R - Não é essa a questão. O Estado tem encarado as privatizações de forma mercantil: troca empresas por dinheiro, quando precisa. O nosso objectivo não é esse. Queremos traçar uma linha de demarcação do que deve ser a intervenção do Estado na economia. O Estado existe na economia para definir

regras, fiscalizá-las, garantir que não haja empresas que, por serem mais ou menos amigas do Governo, tenham favores de política económica, fazer a redistribuição quando o mercado não resolve - e não resolve tudo a cada passo, como faz agora.

Em última instância, em sectores absolutamente estratégicos, cabe ao Estado definir a sua intervenção, eventualmente até tendo algumas empresas, mesmo que concessione a sua gestão a privados.

P - Privatizando empresas, a gestão de hospitais e de outros serviços: e baixando impostos, de onde vem a receita para o Estado no modelo que defende?

R - O Estado só deve ter, no essencial, uma fonte de receita - os impostos. Ora, o país pode entregar muito ao Estado e esperar que seja ele a fazer a maior parte dos serviços de que as pessoas precisam. Mas as pessoas também podem escolher não entregar tanto dinheiro ao Estado para fazer tudo, esperando que o Estado tenha uma função mais reguladora e, na área económica, sejam os agentes privados a resolver os problemas. Nós estamos mais nesta tradição. Esperamos uma sociedade com mais mobilidade, com flexibilidade, em que a livre iniciativa seja a pedra-de-toque da economia.

P - Para permitir baixar os impostos aos cidadãos, será necessário reequilibrar a taxa fiscal por toda a sociedade, pondo fim a algumas isenções e fazendo pagar taxas mais altas às grandes empresas e à banca?

R - Eventualmente, sim. Temos um sistema fiscal muito complicado. Temos um Estado demasiadamente pesado, que precisa de encontrar soluções muito criativas para financiar a sua intervenção na sociedade. Precisaríamos de ter um sistema fiscal mais estabilizado que respondesse a duas necessidades: financiar o Estado para um nível de intervenção que não seja excessivo e dar estabilidade e clareza às pessoas.

Mas é muito difícil ser este o momento ideal para fazer esta ampla reforma fiscal, porque, se mexemos em demasiados instrumentos ao mesmo tempo, criamos incerteza quanto ao esforço de redução do défice e da dívida.

A curto prazo podem introduzir-se aperfeiçoamentos. Em quatro anos, seria desejável que tivéssemos um sistema fiscal mais transparente e mais justo, que desonerasse de um modo geral os contribuintes, em especial os rendimentos do trabalho, e que pudesse tratar de forma mais justa os rendimentos vindos da área financeira, que hoje são mais protegidos. - *Com agradecimentos ao "Público", Leonete Botelho e Nuno Simas, Povo Livre.*

O Presidente em Setúbal

"Não andamos ao sabor dos humores do Governo nem do PS e temos de compreender que estamos no limiar da insustentabilidade"



Pedro Passos Coelho assumiu em Setúbal, que o PSD é um partido que "não anda ao sabor dos humores do Governo nem dos elementos do PS", e afirmou que, se for Primeiro-Ministro (e mesmo apenas como Presidente do maior partido de oposição) tenciona apertar a malha a investimentos que levantem dúvidas na educação e saúde, levando em conta os exemplos dos últimos anos, prometendo exigência em todas as decisões que venham a ser tomadas nas futuras reformas.

A estratégia do líder social-democrata tem em linha de conta o alegado "limiar da insustentabilidade" em que se encontra a dívida externa portuguesa "e da nossa incapacidade de drenar recursos para as reformas internas que precisamos de fazer", disse.

Pedro Passos Coelho, afirmou que Portugal está "no limiar da insustentabilidade" da dívida externa e da capacidade de mobilizar recursos para fazer as reformas de que necessita.

"Nós estamos hoje no limiar da insustentabilidade da nossa dívida externa e da nossa capacidade para drenar recursos para as reformas internas que precisamos de fazer, pelo que, todas as decisões que forem tomadas têm de ser muito bem avaliadas, muito bem explicadas

e têm de nos parecer simples de executar", declarou.

"Com estes critérios eu estou convencido de que nós conseguiremos, numa legislatura, em duas legislaturas, vencer algum atraso e corrigir políticas deficientes que fomos trilhando nestes anos. Se nos escapar este pragmatismo e esta simplicidade, vamo-nos embrulhar em questões difíceis para as quais nunca vamos conseguir uma resposta justa", acrescentou.

Pedro Passos Coelho falava na conferência sobre "Carreira Docente: Realidades e Contradições" na Educação, promovida pela 'Plataforma de Reflexão Estratégica, Construir Ideias', que teve como principal orador o professor Nuno Crato, presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática.

Nuno Crato defendeu, entre outros aspectos, que o Ministério da Educação deveria preocupar-se mais em "estabelecer metas de aprendizagem" e verificar o cumprimento dos objectivos, do que em controlar os processos lectivos dos professores.

Mais exames para uma avaliação séria dos alunos, de forma a aumentar o grau de exigência, e mais autoridade para os professores foram outras ideias defendidas por Nuno Crato, que agradaram ao líder do PSD.



“Aquilo que foi dito, de algum modo, como metodologia, poderia ser aplicado em várias áreas onde as pessoas não sabem como resolver os problemas, como na área económica e na área financeira: ser exigente na avaliação, ter mecanismos na avaliação que toda a gente perceba, que sejam a sério e não a fingir, que avaliem realmente”, disse Passos Coelho, que afirmou ainda:

“Aquilo que foi dito, de algum modo, como metodologia, poderia ser aplicado em várias áreas onde as pessoas não sabem como resolver os problemas, como na área económica e na área financeira: ser exigente na avaliação, ter mecanismos na avaliação que toda a gente perceba, que sejam a sério e não a fingir, que avaliem realmente”.

O presidente social-democrata afirmou ainda que numa altura em que Portugal foca toda a sua atenção na grave crise financeira em que o País se viu mergulhado há praticamente dois anos, e em que, mais uma vez, reaparecem à superfície todos os velhos fantasmas da fragilidade da nossa economia, naturalmente a questão da nossa competitividade surge num plano de destaque.

“O diagnóstico é por todos conhecido. Seria por isso absolutamente gongórico repeti-lo,” afirmou.

O que releva da passagem do nosso líder pelo distrito de Setúbal para além do evidente sinal de esperança que o mesmo carrega, são as reflexões que deixou sobre um tema que tem muito a ver com competitividade: e que é a educação e formação dos jovens e os desafios que a “Escola” enfrenta, para a aparecimento e preparação de capital humano com competências para enfrentar o mercado global, sobre os desafios da escola e o seu papel enquanto centro de aprendizagem de valores para a vida no sentido dum a cidadania plena.

A “Escola” tem perdido o seu prestígio e o papel orientador no quadro da educação dos nossos jovens

Entre as ideias que ficaram a todos os que ouviram Passos Coelho, esteve claramente a noção firme da importância da avaliação das nossas escolas. Não num sentido estático, mas na importância que a mesma tem para sermos exigentes connosco, e olharmos os resultados e procurarmos ser consequentes.

É clara a ideia na sociedade portuguesa que ao longo das últimas décadas muito se tem falado de reformas na educação. Muitos já estudaram e escreveram sobre educação. Mas muitos reconhecerão certamente que a “Escola” tem perdido o seu prestígio e o papel orientador no quadro da educação dos nossos jovens. Para além de ser inevitável ter de olhar para o fim da linha e ver a quantidade de jovens desempregados, muitos deles, licenciados, e sem perspectivas de qualquer emprego...

Portanto associado a esse processo avaliativo esteve precisamente a ideia de uma escola de valores, que não prescinde da família, mas que tem um papel necessa-

riamente forte na construção duma comunidade mais forte, ciente de si própria e das suas responsabilidades.

E por outro lado, a ideia da responsabilidade vital e absoluta de Portugal em ter uma estratégia da qual faça parte, e seja aspecto central, um modelo educativo adequado às necessidades do país.

Só assim o país poderá crescer. E só assim poderá crescer com sentido de si próprio

Outra das ideias Pedro Passos Coelho desenvolveu, foi a da defesa do princípio da livre escolha pelas famílias.

Não a defesa da escola pública ou privada. Mas da melhor escola. E o papel que deve estar reservado às famílias, na melhor orientação a dar à educação dos seus filhos.

Obviamente todos ouvimos há uns anos a esta parte os rankings das escolas. E independentemente disso, sabemos que há escolas que apresentam melhores resultados que outras. É um conhecimento quase empírico (que contudo, mais uma vez, não pode afastar-nos de tentar perceber as suas razões, avaliando-as). Sabemos, nomeadamente que as escolas são um espelho, também, das comunidades locais em que se inserem. E que naturalmente as respostas que são dadas, ou não são dadas, ao nível dessas comunidades locais vão influenciar necessariamente os resultados dos centros educativos que são as escolas.

Mas o que parece essencial na mensagem trazida é que as pessoas devem estar em condições de poder escolher a escola dos seus filhos. Em condições de escolher a melhor escola.

Se é impossível, no âmbito dum breve peça de jornal, reflectir aprofundadamente sobre um modelo de financiamento que garantisse este princípio, não restam dúvidas de que a igualdade e a justiça, também na educação, e no acesso à educação, será tão mais justa quão distributiva for, no sentido e que “quem pode, paga”, não apenas para os seus, como apoio dos que menos podem

Para finalizar, restou a quantos estiveram presentes, que aparece como evidência a importância que Pedro Passos Coelho dá a educação. E ainda bem que é assim! - Da nossa Correspondente, Ana Moura

Falando à Imprensa: SCUT e políticas activas de emprego, para evitar o panorama “negro” de 2011

«Simplicidade é também o que tem faltado», na opinião de Pedro Passos Coelho, relativamente à introdução das portagens nas denominadas auto-estradas SCUT.

“Nunca haverá um sistema justo para as portagens que vão ser colocadas, porque elas foram feitas sem nenhuma preocupação com essa justiça”, sustentou o líder social-democrata.

“É muito difícil corrigir em justiça aquilo que já nasceu sem ela, que nasceu demasiado torto. De cada vez que

vem uma proposta nova é mais uma complicação que a gente não entende, temos de fazer contas concelho a concelho. E ainda não descemos às freguesias. Ainda não se lembraram das freguesias”, acrescentou, com ironia, o presidente do PSD.

Se for Primeiro-Ministro, Passos Coelho garante um critério rigoroso, segundo o qual tudo o que for feito “deve ter a garantia mínima de que vai funcionar com seriedade. Enganarmo-nos é o pior que pode acontecer, porque ficamos durante muito anos a pagar aquilo que não queríamos”.

E alertou mesmo que “se nos escapar esta simplicidade vamos embulhar-nos em questões difíceis para as quais nunca vamos conseguir uma resposta justa”.

Repetindo que “...nós estamos hoje no limiar da insustentabilidade da nossa dívida externa e da nossa capacidade para drenar recursos para as reformas internas que precisamos de fazer, pelo que, todas as decisões que forem tomadas têm de ser muito bem avaliadas, muito bem explicadas e têm de nos parecer simples de executar”, firmou que “...com estes critérios eu estou convencido de que nós conseguiremos, numa legislatura, em duas legislaturas, vencer algum atraso e corrigir políticas deficientes que fomos trilhando nestes anos. Se nos escapar este pragmatismo e esta simplicidade, vamo-nos embulhar em questões difíceis para as quais nunca vamos conseguir uma resposta justa”, acrescentou.

Passos Coelho, afirmou que o Governo deveria concentrar-se na promoção de “políticas activas de emprego” para contrariar as previsões que apontam para um aumento do desemprego até 2011.

“Era importante que o Governo se concentrasse em medidas activas que favorecessem, nesta altura, o aparecimento de oferta de emprego, que impedissem que tantos jovens e pessoas a partir dos 40 a 45 anos viessem a estar no desemprego, como é previsível”, declarou.

Passos Coelho, que falava aos jornalistas, depois de participar na conferência sobre Educação, começou por atribuir a diminuição de 1,6 por cento da taxa de desemprego em Junho, comparativamente a Maio, ao emprego ocasional e sazonal na época de verão.

“Sabemos que, durante o verão, o emprego ocasional e sazonal faz baixar as estatísticas. Nós não temos por hábito estar todos os meses a comentar os números do desemprego, porque sabemos que o desemprego estrutural tem vindo a aumentar em Portugal, pois as previsões de crescimento da economia que permitiriam que o desemprego abrandasse, não são ainda aquelas que nós gostaríamos”, referiu.

“Por isso, temos de dar uma atenção muito grande às políticas de formação, às políticas activas de emprego, para contrariar, nos próximos meses e no próximo ano, a tendência para o aumento do desemprego”, afirmou o líder social-democrata. - Fontes. Lusa, DN



36º aniversário da JSD

Passos Coelho afirma que está preparado para mudar Portugal



A JSD organizou, no último fim de semana, mais um Encontro Nacional de Secções da JSD, que decorreu no Vimeiro, e em simultâneo comemorou o seu 36º Aniversário, na presença de Presidente do PSD e antigo líder da Juventude Social Democrata.

Na sua intervenção, o Presidente do PSD deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho da estrutura e assinalou a importância que a JSD tem para o partido.

Pedro Passos Coelho recusou que o PSD venha a dar ao PS a maioria parlamentar que lhe foi negada nas últimas eleições legislativas.

“O PS não tem a maioria absoluta porque os portugueses não lhe quiseram dar”, afirmou o líder do PSD, avisando: “Não contem com o PSD para dar ao PS aquilo que os portugueses não quiseram dar nas últimas eleições”.

Em resposta aos “analistas políticos” que “descobriram recentemente que vivemos num impasse porque o PS não tem maioria”, o Presidente do PSD disse não perceber “qual é o impasse”, já que “até hoje o PS não pode aparecer ao país a dizer que está impossibilitado de governar”.

“Ninguém até hoje aprovou uma moção de censura que atirasse abaixo o Governo, ninguém impediu até hoje que as matérias decisivas e importantes para que um governo governe não tivessem passado na Assembleia”, concretizou Passos Coelho.

Se “o PS governa bem ou mal” já é, para Passos Coelho, “outro filme”, em que o líder do PSD recusa “responsabilidades”.

O Presidente do PSD lembrou que a obrigação do PSD é “construir uma alternativa” ressaltando não estar “à procura de uma maioria aritmética para governar

o país”, mas pronto para “mudar o país se as pessoas se convencerem que a mudança é boa, imprescindível e pode ser bem conduzida pelo PSD”.

Passos Coelho reafirmou que o PSD “não quer a mudança de qualquer maneira”, mas que tem que “pensar o futuro com ousadia e com ambição”. “Não podemos cristalizar no presente nem no passado”, disse, defendendo dever “ter a ambição de pensar na constituição do país para os próximos anos”.

Falando sobre a proposta de revisão constitucional que o PSD vai apresentar, Passos Coelho afirmou que os desacordos já manifestados por constitucionalistas de renome, são compreensíveis: eles foram os “pais” do texto actual e têm legítimo orgulho no que fizeram.

Tendem, porém, a considerar intocável e imutável a Constituição actual, quando é necessário lembrar que os

tempos mudaram muito e a Constituição não pode ser um obstáculo ao progresso e às necessárias modificações no quadro nacional, em face do estado geral do Mundo que nos rodeia.



O Secretário-Geral confirma:

Completamente afastada qualquer hipótese de coligação do nosso Partido com os socialistas



Na passada sexta-feira, Miguel Macedo, afirmou estar “completamente afastada” uma eventual coligação governativa com o PS, aventada no mesmo dia, de manhã, pelo Bloco de Esquerda através de Francisco Louçã.

Miguel Macedo, que à noite participou numa reunião do Conselho de Opinião do PSD de Coimbra, referiu à agência Lusa que o seu partido só irá para o Governo “quando os eleitores votarem maioritariamente” nele.

A propósito da convergência do PSD com o PS sobre determinadas matérias, disse que esse tipo de entendimentos “acontecem em qualquer Parlamento do mundo” e que se impunham dado o “estado de emergência nacional do ponto de vista financeiro”.

“Se isso não tivesse sido feito, o País estaria em teríveis dificuldades”, sublinhou à Lusa, antes da reunião.

Questionado sobre a polémica negociação entre a Portugal Telecom (PT) e a operadora espanhola Telefónica para a venda da participação na Vivo, Miguel Macedo escusou-se a pronunciar-se por estar em causa uma empresa privada, com “regras próprias”.

“Quanto menos Estado melhor. Já temos Estado a mais”, observou, ainda a propósito daquele negócio, já falhado, mas que envolveu uma oferta da Telefónica à PT, para a compra da participação desta na Vivo do Brasil, no valor de 7,15 mil milhões de euros. - **Fonte: Lusa**

Miguel Relvas à Imprensa: Portugal Primeiro, soluções Nacionais acima de soluções partidárias. O combate político tem limites e esses são os do interesse nacional.

Após a sua última conferência de Imprensa, o Secretário Geral, Miguel Relvas, foi abordado “à margem” pelos

jornalistas, que o interrogaram sobre aspectos da actual relação PSD/PS, que tem sido marcada por intervenções muito antagonísticas do PS, a raiar as margens do insultuoso e provenientes de figuras importantes do Partido (incluindo, no fim-de-semana passado, José Sócrates). Miguel Relvas esclareceu os jornalistas, dizendo:

«É hoje evidente o desespero e a desorientação do PS, que o tem levado a uma atitude de ataque descalado ao PSD,

«Esse desespero e essa incapacidade do Governo e PS são patentes na sua ausência em assumir as suas responsabilidades e em serem incapazes de resolver os problemas com que os portugueses são confrontados, no dia-a-dia, veja-se o desemprego, que aumenta de dia para dia; uma situação particularmente difícil em Portugal, com uma derrapagem objectiva em relação ao que é o modelo que tem sido seguido nos hospitais, situações sociais muito delicadas, problemas financeiros em institutos públicos e muitas outras.

«Então, o PS procura refugiar-se na discussão de “fait divers” e procura atacar o Presidente do PSD de formas que raiam a inconveniência...

«É tempo de o PS voltar a ter alguma serenidade, lembrando-se que quem tem razão não é quem grita mais e arriscando-se, se continua, a falar só!

«Quem governa tem de ter as suas posições; e se o PS as tem, que as assumam; e se elas foram divergentes das do maior partido da Oposição, que assumam essas diferenças, no seu comportamento.

«O que não é correcto é fazê-lo neste tipo de linguagem, e que anda desesperadamente à procura de fazer um inimigo.

«No nosso caso, não o conseguirei, pois continuará a ficar a falar sozinho...

«O nosso inimigo é o desemprego, são os problemas com que o País é confrontado, e é essa a nossa atitude, é essa a nossa postura: encontrar questões, encontrar respostas para os problemas com que somos, todos, confrontados no dia-a-dia.

«Quanto ao PSD, nós dizemos a mesma coisa em Portugal, e para lá das fronteiras. A realidade é só uma e é necessário tratá-la sempre da mesma forma, é necessário resolver os problemas com que os portugueses são confrontados - criar emprego para os mais jovens, que tem uma taxa de desemprego de 22% nos que procuram o primeiro emprego... Olhar para a taxa de desemprego geral, que ultrapassou os 10% e pode criar muito sérios problemas sociais.

«...e criar condições para muitas empresas que vão agora para férias, possam reabrir normalmente após as mesmas e não dar o triste espectáculo dos trabalhadores regressarem e não haver portões fechados a cadeado e a empresa...fechada!

«O governo deve prevenir o sarar o caos social que tem nascido e aumenta no nosso Portugal. Isto é que é estratégico para Portugal.

«Que pretende o PS com estas atitudes ofensivas e estes ataques? Pretendem criar “faits divers”, com insultos, criando falsos inimigos, ultrapassar a sua queda de popularidade, a sua incapacidade de resolver os problemas.

«É muito grave, porque os Portugueses votam neste governo, deram-lhe a maioria, embora relativa e o Governo deve governar, de uma vez por todas deve assumir a sua responsabilidade, deve ser capaz de dizer se pode ou consegue governar, como é seu mandato, ou se não o consegue

«Agora, com insultos e com as atitudes do tipo que tem assumido recentemente, não vai longe e - repito - fica a falar sozinho!

«Quanto ao “clima de confrontação”, o PSD recusa-se a seguir esse caminho menos civilizado e acima de tudo - procura o bem de Portugal, cumprindo o mandato que lhe foi dado pelos eleitores

«Nós, em situações que envolvam o interesse nacional, não olhamos se o interlocutor é o partido “A”, o partido “B”, etc...

«Nós não demos a mão ao Governo, repita-se. Nós demos a mão a Portugal!»

Fazendo alusão a certos aspectos da conduta do Governo, no caso Telefónica-Vivo. Miguel Relvas teve ainda ocasião de afirmar: «O governo não pode dizer que há empresas em determinados sectores, que são estratégica... e outras não são!

«Faz-se a pergunta: a Galp não é estratégica? A EDP não é estratégica, a REN não é estratégica?

«Nós temos um Governo com dois pesos e duas medidas, que dá com uma mão e tira com a outra, e temos um Partido Socialista que sente que o Poder lhe está a fugir debaixo dos pés e está numa posição muito incómoda e está muito nervoso... e a melhor forma para resolver estes problemas - e ainda não perceberam isso - é trabalhar e estudar esses problemas e encontrar as soluções melhores e mais eficientes!

“Essa é a nossa posição, Portugal Primeiro, soluções Nacionais acima de soluções partidárias. O combate político tem limites e esses são os do interesse nacional.

“Esta é a nossa atitude na Oposição e será a mesma se os Portugueses, como esperamos, nos derem a sua confiança para governar Portugal...” - **Fontes: Povo Livre, Lusa, DN**

Marco António Costa

O PS tem um comportamento “conservador e imobilista” relativamente às evoluções e revisões constitucionais



No passado dia 17, o vice-presidente do PSD Marco António Costa acusou o PS de ter um comportamento “conservador e imobilista” relativamente às evoluções e revisões constitucionais.

“O PS é um partido conservador e imobilista e mantém esse traço de personalidade”, disse Marco António Costa à Imprensa.

O vice presidente do PSD reagia assim às declarações do dirigente socialista Vitalino

Canas, que considerou a proposta de Passos Coelho de reforço dos poderes do Presidente da República uma matéria “acessória”, que demonstra um “pensamento vazio sobre a revisão constitucional” ou uma “agenda escondida”.

Afirmou o vice-presidente do PSD, que “...não é surpreendente a declaração do PS, porque vem na linha daquilo que tem sido sempre o comportamento conservador

e imobilista que o PS tem tido ao longo da história da nossa democracia relativamente às evoluções e revisões constitucionais”,

Marco António Costa considera que a posição do dirigente socialista é “mais uma prova de que o PS hoje não é um partido reformista, nem um partido que esteja a contribuir para um debate de mudança em Portugal”.

“O PS transformou-se num partido que comenta exclusivamente as propostas e as ideias do PSD, não tendo ele próprio nenhuma proposta em concreto para aquela que deverá ser a modernização do país em termos constitucionais e políticos”, sustentou.

O vice presidente do PSD salientou o facto de o partido “nunca ter deixado de

tratar as matérias importantes que neste momento afligem os portugueses, que são as questões sociais e económicas”.

“Estamos numa legislatura em que a revisão constitucional deverá estar na agenda do dia e, portanto, o PSD está a trabalhar no sentido de apresentar uma proposta de revisão constitucional. Julgo que em democracia isso é salutar”, concluiu.

O líder do PSD, Pedro Passos Coelho, defendeu, em entrevista ao jornal Público, que no âmbito de uma revisão constitucional o Presidente da República passe a poder demitir o Governo e que o Parlamento possa substituí-lo através de uma moção de censura construtiva. - Fonte: Lusa

PSD reúne contributos para nova Lei de Bases do Ambiente

A proposta do PSD para a Lei de Bases do Ambiente responde a desafios colocados a Portugal, como abastecimento de água, integração de custos ambientais na economia ou novas oportunidades de negócio neste sector, disse hoje o vice-presidente social-democrata.

A nova Lei de Bases do Ambiente deve integrar as alterações registadas no sector e antecipar problemas futuros, visando o desenvolvimento sustentável, objectivos que o PSD pretendeu contemplar na proposta apresentada e que espera agora contributos da sociedade e dos restantes partidos, como afirmou Jorge Moreira da Silva.

O PSD organizou um seminário sobre a Lei de Bases do Ambiente, que decorreu na 2ª feira na Assembleia da República, para reunir contributos para a proposta já apresentada em Março, antes da nova direcção social-democrata ter tomado posse.

Foram chamados especialistas, organizações não governamentais, políticos e os ex-ministros do Ambiente Macário Correia (PSD), Luís Nobre Guedes (CDS) e Francisco Nunes Correia (PS), que têm opiniões diferentes acerca de alguns assuntos, mas estiveram de acordo acerca da necessidade de um consenso o mais amplo possível para a nova Lei de Bases do Ambiente.

À margem do seminário, Moreira da Silva disse aos jornalistas que o PSD já podia ter agendado a discussão da proposta, mas preferiu esperar até Outubro para que os restantes partidos políticos apresentem as suas próprias propostas.

O PSD “está disponível” para integrar alterações ao seu documento, desde que não haja “descharacterização” do trabalho inicial, garantiu.

“Há um novo paradigma ambiental”, com a colocação do Ambiente no centro das questões económicas, relativamente às alterações climáticas, as energias renováveis ou os problemas da água, exemplificou o vice-presidente do PSD, salientando, como os ex-ministros, o cariz “transversal” das questões ambientais.

Um assunto realçado pelo PSD relaciona-se com a zona costeira, para onde propõe uma Política Nacional de Gestão Integrada do Litoral, para resolver a falta de coordenação entre os vários planos e entidades com competências neste domínio.

Alterações climáticas, litoral, gestão de recursos hídricos, conservação da natureza e biodiversidade, ordenamento do território e tecnologias ambientais e eco-inovação são os temas realçados na proposta social-democrata, segundo o vice-presidente do PSD.

Macário Correia apontou alguns exemplos de questões “mal resolvidas”, como a grande variedade de entidades com competência na faixa litoral e “o bloqueio ao desenvolvimento que é a Justiça”, além das consequências ambientais do “modelo ineficiente de gestão dos transportes”.

Já Nobre Guedes salientou que “a primeira condição para que uma política de Ambiente seja eficaz é ter um primeiro-ministro com sensibilidade para estas questões”. Por outro lado, para o ex-governante, o ministro do Ambiente devia ser “o super ministro”.

Nunes Correia defendeu que “boa parte das disfunções no Ambiente resulta de o edifício nunca ter sido completamente construído”, referindo-se a regulamentação que não chegou a ser concretizada.

Acerca da proposta do PSD, referiu que “é uma revisão feita muito por aditamento” ao que já existe e considerou que “o importante era olhar para os próximos 20 anos”, para as necessidades e novas situações que vão aparecer. - Fonte: Lusa

Instituto Sá Carneiro apresentou programa de trabalho para os próximos dois anos



“Consideramos que [a formação] é fundamental e tem sido uma falha na democracia portuguesa. Os partidos, de forma geral, não apostam nos seus quadros a nível de formação”, afirmou Carlos Carreiras, sublinhando que estas acções vão ajudar a “identificar talentos” e darão “mais preparação para quando exercerem funções de poder”.

O lançamento do programa da nova administração do instituto coincide com o aniversário de Francisco Sá Carneiro, que faria 76 anos, e é também marcado pelo lançamento do primeiro de sete volumes com artigos e discursos do fundador do PSD, entre 1969 e 1973.

“Esta é uma das áreas a que o Instituto se vai dedicar, no sentido de que esse legado recupere a base do pensamento político de Sá Carneiro e que deu origem ao PSD”, adiantou Carlos Carreiras.

A cerimónia contou com a presença do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho. - Fonte: ISC

O presidente do Instituto Sá Carneiro, Carlos Carreiras, apresentou, na segunda-feira, o programa, para os próximos dois anos, deste centro de reflexão e estudo ligado ao PSD, que estará centrado na formação de quadros.

Debate do “Estado da Nação”

“Portugal precisa de uma nova esperança”

Um ano depois e o primeiro-ministro continua a viver na fantasia. Cinco anos de Governo socialista e Portugal é, hoje, um país com mais pobres, mais exclusão social e mais desigualdades. José Sócrates apresenta um discurso sobre a situação do país que insulta as dificuldades dos 600 mil portugueses desempregados. Portugal encontra-se mergulhado numa crise social preocupante, numa crise económica sem solução à vista e numa crise financeira grave. O Governo está ausente, esgotado e desorientado.

Foi este o mote da intervenção do líder parlamentar do PSD, Miguel Macedo, durante o debate do “Estado da Nação”, quinta-feira, no Parlamento, que acusou o Governo PS de ter fracassado na governação.

Miguel Macedo sustentou que Portugal precisa de “um novo rumo e uma nova política” e traçou o cenário das dificuldades que os portugueses atravessam: “sentem o desemprego a aumentar, os impostos a subir, o poder de compra dos salários e das pensões a baixar e, como se não bastasse, a perspectiva de que se este ano é mau, o próximo pode ser ainda pior”.

O líder parlamentar considerou ainda preocupante a “falta de confiança” generalizada: dos empresários, trabalhadores, investidores e instituições.

A carga fiscal ameaça também o desenvolvimento. “O que temos hoje no país é impostos a mais, endividamento a mais, despesa pública a mais, riqueza a menos, poder

de compra a menos, dificuldades a mais para as famílias e para as empresas”, sublinhou Miguel Macedo.

Miguel Macedo lembrou os “mais de cem mil portugueses que abandonam por ano o país porque não encontram em Portugal um presente e, sobretudo, não vislumbram em Portugal um futuro” e criticou os resultados invocados e o tom utilizado pelo primeiro ministro, José Sócrates, no seu discurso.

Face à “insensibilidade social” do primeiro-ministro, Miguel Macedo garante que o chefe do Governo “corre o sério risco de cada vez mais portugueses não o levarem a sério”.

Para Miguel Macedo, o saldo da política deste Governo é claro: “Sócrates comprometeu o presente e hipotecou, em grande medida, o futuro. Por isso, é preciso mudar de rumo e informar os portugueses que não estão condenados a este modo de vida”.

O presidente do Grupo Parlamentar explicou que hoje o PSD quer “liderar uma nova esperança”. “Nestes tempos em que se impõem sentido de responsabilidade e visão de futuro, o PSD marca, de novo, forte presença. Queremos, lado a lado com os portugueses, liderar uma alternativa de confiança e de esperança num futuro melhor. Portugal precisa de uma nova esperança. E, para isso, pode contar com o PSD”, disse Macedo.

Por sua vez, o vice-presidente Luís Montenegro manifestou existir uma “emergência” nacional de uma “alter-



nativa política ambiciosa e reformista protagonizada por Pedro Passos Coelho”, mas acentuou que o PSD apenas assumirá funções de Governo quando “os portugueses o escolherem”.

Luís Montenegro discursava no Parlamento, na última intervenção do PSD, antes do encerramento do debate, feito pelo ministro da Economia, Vieira da Silva. “É reconfortante perceber que, não obstante caber ao PS governar o país e exercer essa sua responsabilidade, o país político aqui dentro, como o país real lá fora, olham para o PSD com um crescente sentimento de esperança”, referiu Montenegro, declarando que “essa é uma viragem política assinalável” que “responsabiliza” e “motiva” o Partido Social Democrata.

Estatuto do Aluno é uma oportunidade perdida para a Educação

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata anunciou que votará contra o texto aprovado na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. O PSD considera que a revisão do Estatuto do Aluno consitiu uma oportunidade perdida. Desde logo, porque “não reforça a autoridade do professor no espaço escolar”. O Partido Socialista e o CDS-PP votaram contra uma proposta do PSD que previa que os “factos participados pelo professor, no exercício das suas competências disciplinares, gozam de presunção da verdade e fazem fé, desde que formalizados por escrito”. Esta medida visava restabelecer a inabalável diferença de estatuto e de função que deve existir entre o professor e o

aluno, no que respeita a matérias disciplinares, mas acabou por ser rejeitada pela coligação PS/CDS-PP.

Em segundo lugar, não aprofunda a responsabilidade dos pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus filhos e educandos. O PSD viu rejeitadas todas as suas propostas neste capítulo, uma vez mais pela parceria estabelecida entre o Partido Socialista e o CDS-PP. O PSD apresentou propostas que estabeleciam a assunção das responsabilidades concretas dos pais e encarregados de educação no incumprimento dos deveres dos seus filhos e educandos, apoiando-os nas suas dificuldades e levando-os a partilhar também, em certa medida, algumas das

medidas sancionatórias aplicadas ao aluno.

Além disso, o Estatuto do Aluno não previne os riscos e impede a identificação das situações mais problemáticas com origem no meio envolvente. O PSD viu rejeitadas, pelo PS e pelo CDS-PP, todas as propostas que apresentou para a constituição de Equipas Multidisciplinares, dotadas de técnicos especializados, que tinham como missão, entre outros aspectos, a articulação com as estruturas locais de apoio social e prevenção de riscos, a identificação e prevenção de situações problemáticas com origem na comunidade envolvente, a promoção de medidas de integração e inclusão do aluno na Escola, a elaboração de planos de acompanhamento especial para determinados alunos, a aposta na mediação social, a coordenação de um trabalho que vise acentuar a comunicação escola-família e o reforço do envolvimento desta na educação dos filhos.

Na busca de uma solução consensual, durante a discussão na especialidade, o PSD chegou mesmo a propor uma experiência piloto de dez equipas multidisciplinares, com avaliação no final do ano lectivo 2010-2011 e seguintes. Ao contrário do que seria expectável, inclusivamente esta última proposta acabou por ser rejeitada.

O PSD condena, deste modo, a incoerência que impregna o articulado final do diploma, que rejeita a criação de equipas multidisciplinares e opta por fazer despesa em actos supérfluos como a distribuição massiva de fotocópias de regulamentos internos com custos de milhares de euros, a pagar pelas escolas, durante o próximo ano lectivo; e, por fim, omite todas as referências apresentadas no que refere às consequências dos actos violentos praticados contra professores por jovens com mais de 16 anos, mas enquadra os actos praticados contra outros alunos quando estes têm idades entre os 12 e os 16 anos.

Os deputados do PSD entendem que quer o Partido Socialista, quer o CDS-PP prestam um mau serviço ao país ao aprovarem um Estatuto, que mais não é do que uma “oportunidade perdida para a Educação”.

O PSD anuncia igualmente que apresentará, brevemente, um projecto de lei específico para a criação das equipas multidisciplinares nas escolas.





Adão Silva questiona Governo sobre suspensão das refeições nos ATL

Hospitais entram numa espiral de dívida crescente

Clara Carneiro apresentou um cenário negro da Saúde em Portugal. Para a deputada, “a nação está doente, está em lista de espera, tal como centenas de utentes; a nação não ouviu os peritos alertarem para a situação Serviço Nacional de Saúde”.

Clara Carneiro acusou o executivo de ter esquecido a

Saúde e de, desde Abril, não fazer nada e permitir que os hospitais entrem numa espiral de dívida crescente.

Relativamente ao encerramento dos serviços de saúde de proximidade, a deputada afirmou que o primeiro-ministro ficará conhecido como o “despovoador”, por prometer às populações o reforço dos meios de socorro e não cumprir.



É necessário reajustar a lei dos Conselhos Municipais de Juventude

O modelo previsto na lei não permite a flexibilidade necessária para que os municípios, dentro das suas competências, adaptem o respectivo Conselho Municipal da Juventude (CMJ) às especificidades locais e ao panorama social, conclui a proposta de relatório do grupo de trabalho dos CMJ, coordenado pelo deputado do PSD, Paulo Cavaleiro. O documento foi aprovado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

O grupo de trabalho vai, agora, prolongar a sua actividade pelo período de 30 dias após o início da segunda sessão legislativa, de forma a apresentar uma proposta conjunta, para a revisão da actual lei. Serão analisados os contributos que possam ainda chegar ao grupo de trabalho e que sirvam para ajudar a clarificar dúvidas que persistam.

De acordo com as conclusões do referido documento, a lei “impõe um modelo pré-concebido e imperativo, nomeadamente quanto aos participantes com direito de voto e quanto as competências” do CMJ.

No relatório de actividades proposto, pode ler-se que “têm-se verificado resistências na adopção do modelo de CMJ previsto na lei, sobretudo porque este, conceptualmente um órgão consultivo, pode exercer competências eleitorais designando membros para representarem o município em outros órgãos”.

Todas as entidades auscultadas – a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Instituto Português da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e as Federações Nacionais de Associações Juvenis – estão de acordo quanto à importância da existência da actual lei, reconhecendo que as associações juvenis são uma mais-valia para os municípios e que a lei é necessária para regular o funcionamento deste órgão consultivo. No entanto, sublinha o relatório, “foram várias as questões levantadas no sentido de melhorar e agilizar a sua implementação de modo a que os CMJ tenham um funcionamento mais eficaz e que cumpram os objectivos para os quais foram criados”.

tude, o Conselho Nacional de Juventude e as Federações Nacionais de Associações Juvenis – estão de acordo quanto à importância da existência da actual lei, reconhecendo que as associações juvenis são uma mais-valia para os municípios e que a lei é necessária para regular o funcionamento deste órgão consultivo. No entanto, sublinha o relatório, “foram várias as questões levantadas no sentido de melhorar e agilizar a sua implementação de modo a que os CMJ tenham um funcionamento mais eficaz e que cumpram os objectivos para os quais foram criados”.



O vice-presidente do Grupo Parlamentar questionou o Governo sobre a suspensão dos acordos de cooperação na valência dos Ateliers de Tempos Livres (ATL) com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No texto das perguntas dirigidas à ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Adão Silva refere que “o país foi confrontado pelo Primeiro-Ministro, durante o debate da Nação, com uma imagem idílica que em nada corresponde à realidade do País” ao anunciar “estatísticas de pobreza que são do passado e não correspondem à situação lancinante de cada vez mais, famílias portuguesas que têm desempregados no seu seio, que estão mais pobres, mais excluídas e mais abandonadas pelos poderes públicos”.

Adão Silva considera que “felizmente, existe a sociedade civil, organizada e solidária, através de inúmeras IPSS, Misericórdias e Organizações Não Governamentais”, sendo por isso “inadmissível o continuado ataque perpetrado pelo Governo a estas Instituições que nos devem merecer o apoio e agradecimento”.

O deputado do PSD afirma que “primeiro foi a vertigem estatizante que os ATL sofreram” e que “agora, inexplícitamente, o país é confrontado com as notificações da Segurança Social às IPSS a suspender, a partir de 1 de Setembro, as refeições às crianças”.

Adão Silva lamenta que estejam a ser frustradas as “expectativas dos acordos de cooperação com as IPSS que já estavam preparadas para o início do próximo ano lectivo, as expectativas das famílias já inscritas e as crianças ficam sem as refeições que estavam incluídas nos acordos de cooperação na valência ATL com refeição”.



O imobilismo do PS

Marco António Costa (*)

José Sócrates apresentou-se no debate do Estado da Nação como alguém que não se preocupa com a construção de um clima parlamentar favorável à governabilidade. O discurso do Primeiro-Ministro foi recheado de provocações a todas as bancadas parlamentares, bem ao tom da anterior legislatura.

A agravar tal comportamento regista-se o uso de elementos estatísticos de 2008, no que diz respeito à pobreza, misturados com elementos parciais, infelizmente circunstanciais, quanto ao desemprego em Junho de 2010. Escamoteou o senhor Primeiro-Ministro que os dados da pobreza de 2008 verificaram-se aquando de uma taxa de desemprego de 7%, ou seja, abaixo dos 400 mil desempregados.

Hoje, a mesma, infelizmente, é superior a 10%, pelo que mais de 150 mil portugueses estão em risco ou em situação efectiva da pobreza. Aliás, no geral, o Primeiro-Ministro gastou o seu tempo a negar a responsabilidade essencial do seu Executivo na grave situação que o País

atravessa e a denegrir as propostas do PSD em matéria de revisão constitucional.

O PS, mais uma vez, revelou-se conservador e imobilista em matéria de revisão constitucional. Também no passado aquando de anteriores revisões constitucionais, o PS sempre se assumiu conservador. Recorde-se aquando da proposta do PPD, para acabar com a tutela militar do regime através da extinção do Conselho da Revolução, ou então para que terminasse a irreversibilidade das nacionalizações. Então, como agora, o PS resistiu e com isso transformou-se num travão à rápida modernização política e económica do País, atrasando-o face à restante Europa.

O PSD não falhará a missão histórica de modernizar Portugal, reformando o Estado e transformando-o num instrumento ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento do País.

O PS, de hoje, demitiu-se de ser uma força transformadora da sociedade, acoitando-se numa postura rezinguenta

e truculenta face às propostas que o PSD legitimamente apresenta para mudar Portugal.

O PS, infelizmente, assume-se apenas como partido comentador e destruidor das propostas do PSD. Já lá “vai o tempo” em que o PS clamava por ideias e se afanava de só ele “puxar” por Portugal, criticando o PSD por não ser capaz de apresentar propostas.

É este o PS, que agora ao revelar uma infantilidade democrática, procura ultrajar todas as ideias apresentadas pelo PSD, não se coibindo de organizar campanhas desvirtuadoras do conteúdo das mesmas, recorrendo por isso à mais primária demagogia a fim de lançar o “medo” na sociedade quanto aos perigos destas novas ideias.

Este é um PS que fica para traz no andamento da História e que para a História ficará como um compasso de espera na modernidade de Portugal.

(*) - *Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD*



Pela MADEIRA!

A. João Jardim (*)

Domingo próximo, temos a Festa da Autonomia e da Liberdade, na Herdade do Chão da Lagoa.

Chegámos até aqui e o mérito é totalmente do Povo Madeirense, e não de quaisquer políticos em especial.

Do Povo Madeirense, dotado de uma Alma própria, elaborada durante séculos, em circunstâncias das maiores dificuldades quotidianas e de sobrevivência.

Uma Identidade assente nos Valores transmitidos de geração em geração, e que hoje continuam a ser os alicerces fundamentais da nossa maneira de Ser e de Estar no mundo.

Vale a pena reflectir sobre como tais Valores intrínsecos à Cultura madeirense, tão bem sobreviveram e se afirmaram numa sucessão de séculos feitos de obstáculos e de contrariedades.

Desde o povoamento, os Homens e as Mulheres que aqui se estabeleceram certamente que eram dotados de uma índole muito especial, onde avultava a coragem, em que os Princípios que os regiam, lhes permitiu ser firmes na postura perante a Vida e na solidariedade entre si.

Firmes, apesar do que foi o isolamento de séculos. Do que foi a luta quase impossível pela sobrevivência. Do que foi a resistência às injustiças de padrões sociais impostos de Lisboa ou por poderes económicos internos protegidos por essa mesma Lisboa e desta cúmplices.

Firmes, quando outra solução não houve, senão partir.

Partindo, com a Alma ligada às ilhas através de gerações e sempre por toda a parte desenvolvendo os conceitos de vida com raízes no seio da mãe insular. E que fundamenta muitos sucessos alcançados, nas oportunidades que terras novas ofereciam e as circunstâncias madrastas do solo-berço, bem como a exploração inadmissível de tipos diversos, iam negando ao Povo Madeirense.

Firmes, sempre, até quando Portugal precisa de lhes recorrer.

Que orgulho, sermos deste Povo e desta História! A gente do povoamento, do desafio quase impossível à Natureza, da coragem de participar activamente na

Expansão portuguesa, do brio heróico de todos os tempos nas fileiras militares pátrias, do despir a própria camisa para ajudar o Próximo, da Fé religiosa inquebrantável, da construção de um Património digno e significativo, da resistência aos invasores e à opressão, da conquista da Autonomia Política, todos nós somos tal gente.

A Genética confirma-o.

Domingo, como nos anos anteriores, teremos a explosão, em Festa com o nosso timbre, do orgulho pelo que fomos e somos, da Esperança que gerações e gerações futuras continuarão a saber frutificar.

Porque não vamos celebrar só a História, nem só o presente.

Fundamentalmente, na Festa da Autonomia e da Liberdade, na «festa do Chão da Lagoa», numa comunhão feita das nossas diferenças legítimas, vamos, sim, gritar com firmeza, a nossa aposta num futuro ainda melhor, expressando toda a confiança nas gerações que nos vão continuar.

E que nos vão continuar através dos caminhos que eles escolherem.

Que vão escolher bem, tenho a certeza.

Porque os descendentes dos genes que nos constituíram e moldaram, carregarão responsabilmente com eles, não só a História que nos fez e nos orgulha, mas também as capacidades que sempre tivemos.

E porque, detentores dos mesmos Princípios e Valores, inteligentemente adaptados a cada futura circunstância decorrente da dialéctica política e social, usufruindo dos «maravilhosos mundos novos» que a Ciência e a Tecnologia, obra de Deus, mais lhes irá propiciando, tenho a certeza que eles ainda farão melhor do que nós.

É isto o «Chão da Lagoa». Celebrar, preparando novos passos em frente.

Participação em Festa, mas com sentido de responsabilidade futura.

Obviamente que nem todos celebram esta Festa.

Nomeadamente aqueles cujas frustrações, complexos e ódios pequeninos e medíocres, os esterilizam cultural-

mente numa subserviência degradante a poderes injustos, internos e externos, não aceitam os tempos novos, desprezam o Povo Madeirense que nos orgulhamos de ser, e sonham manter ou retomar formas de dominação contra as quais lutaremos sempre.

O ano de 2010 não tem sido fácil.

Apanhámos com as consequências do vergonhoso garrote financeiro que Lisboa antidemocraticamente nos impôs. Continuámos a sofrer os efeitos danosos de estruturas normativas que nos são colonialmente impostas, colonialmente impostas porque não as aceitamos. Repercutiu-se aqui, também, uma crise político-financeira gravíssima, contra a qual, há décadas, sempre dissemos vir a atingir o impacto que agora sofremos.

Tivemos a tragédia de 20 de Fevereiro.

Nisto, assistiu-se e assiste-se à vergonha de alguma pouca gente de cá, indevidamente também se dizendo «madeirenses», ter proposto, cúmplice e defendido o garrote financeiro. Se associar a tudo o que colonialmente imposto contra os nossos Direitos e Liberdades. Terem defendido os caminhos político-financeiros que trouxeram à situação presente e, agora, hipocritamente, nos pretenderem responsabilizar e exigir que mudemos as asneiras que fizeram. Gente que, miseravelmente, em plena tragédia de Fevereiro, procuraram instrumentalizar politicamente tal drama, desrespeitando vivos e mortos.

O «Chão da Lagoa» não é, sequer, contra este tipo de gente.

Nem para isso têm categoria. São o que em todas as sociedades há de reles.

Este ano, perante situações tão difíceis como as vividas, a Festa da Autonomia e da Liberdade será também um Grito de Resistência a todas as dificuldades, um grito de «não nos vencem, ao Povo Madeirense», um grito de «aqui estamos» para o que der e vier.

(*) *Jurista, Presidente da CPR/Madeira do PSD, Presidente do Governo Regional*



O que quer Sócrates?

Carlos Abreu Amorim (*)

São estranhos os tempos políticos que estamos a viver. Multiplicam-se os jogos de sombras, as declarações com sentidos duplos e triplos, os apelos tonitruantes embulhados em ideologia barata mas que, afinal, não passam de dissimulações. O pano de fundo, mais do que isso, a causa que precipitou toda esta agitação socialista, foram as sondagens em que o PS desce bastante e o PSD sobe categoricamente. É a primeira vez que Sócrates se vê tão seriamente ameaçado pelos estudos de opinião desde que é líder do PS, já lá vão quase seis anos.

No meio desta alteração da “pole position” para umas possíveis Legislativas antecipadas, os socialistas enrodilharam-se atabalhoadamente na questão das SCUT, repudiaram o seu currículo europeísta entregando-se a uma retórica irresponsavelmente “nacionaleira” e anticastelhana, o veto de Sócrates à intenção da imensa maioria dos accionistas de vender a Vivo foi considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça europeu, e, pior, Portugal continua imerso numa crise que é bem mais grave por cá do que na esmagadora dos lugares com que gostamos de nos comparar e já começa a ser penoso observar os “spin doctors” do Governo a repisarem as suas juras pífias de que a crise é exclusivamente internacional e que as coisas, por cá, até nem andam assim tão mal.

Os socialistas encetaram uma tumultuosa ofensiva política contra a nova liderança do PSD no esforço, im-

ponderado, de reverterem as sondagens. Usaram tudo o que tinham à mão: atacaram ferozmente uma proposta de revisão constitucional que ainda não é conhecida (!?) mas cujo conteúdo (lido nas estrelas, talvez) já foi antecipadamente rechaçado; agitaram o fantasma bacoco do ultraliberalismo contra o PSD; tentaram rotular Passos Coelho com epítetos que parecem reprimidos dos idos do PREC a propósito de uma visita ao PP espanhol que já estava agendada há meses - Santos Silva, Vitalino Canas, Silva Pereira e o próprio José Sócrates, agrediram desenfreadamente o mesmo líder político que ainda há pouco elogiavam como parceiro de tango.

A virulência desta investida está contextualizada nos resultados das sondagens e na tentativa de criação de casos(inhos) que façam esquecer o péssimo desempenho do Governo face à crise - mas isso não explica tudo o que se está a passar.

Ao mesmo tempo, outras personalidades na área socialista estão a indicar precisamente o contrário: em poucos dias, Vera Jardim, Miranda Calha, Ferro Rodrigues, Jorge Sampaio e Proença de Carvalho (este último não é um socialista mas existe uma proximidade inegável com Sócrates) fizeram apelos para uma coligação PS-PSD. Entretanto, o acordo que viabilizou o PEC II tem duração limitada até Dezembro - mas Teixeira dos Santos já avisou que a sua lógica tem de permanecer nos próximos dois anos, logo considera o apoio do PSD indispensável.

Das duas, uma: ou estes dirigentes socialistas estão a fazer o papel de franco-atiradores, totalmente em desacordo com a recente linha táctica de Sócrates; ou o PS está a jogar ao mesmo tempo em dois tabuleiros discrepantes.

O PS tenta desfazer o PSD e, simultaneamente, casar-se com ele. Fazem-no por medo - lembram-se da tese que garantia que Sócrates e Passos Coelho eram irmãos gémeos? Grande parte deste alvoroço resulta da descoberta de que, afinal, são políticos muito divergentes e que o PSD se tornou alternativa. A melhor maneira de debilitar Passos Coelho é associá-lo à governação, igualá-lo à inépcia socialista, esbulhar-lhe a diferença que tanto os assusta. Outra forma mais ínvia, que já não deve tardar muito, deverá constar de um “caso” qualquer em que Passos Coelho seja enfiado numa posição incómoda, análoga, ainda que remotamente, aos escândalos incessantes em que Sócrates tem estado envolvido.

Sócrates está a coagir Passos Coelho à união mas, paradoxalmente, ameaçando-o com uma guerra sem quartel que a juventude desta liderança do PSD poderá não aguentar.

A angústia sócrática, incitada pela percepção de que o seu poder está na agonia do fim, arrisca-se a despeñar o país numa crise política de efeitos imprevisíveis.

- **Professor Universitário, comentarista político@CM**



Desmantelar medidas excepcionais de intervenção

A Nogueira Leite (*)

Quando há já algum tempo o Banco Central Europeu decidiu facilitar o financiamento dos bancos dos países do euro aceitando como colateral títulos da dívida pública de países da Zona Euro, acorreram instituições financeiras de todo o espaço da moeda única e usaram como colateral títulos representativos da dívida pública dos países do sul: Portugal, Espanha e Grécia.

As operações de facilidade de crédito aos bancos envolveram aproximadamente 400 mil milhões de euros. Na última semana, o BCE reestruturou estas operações, cortando a facilidade de crédito à banca comercial da Zona Euro para 200 mil milhões de euros. Esta operação mostra claramente que já é altura de proceder ao desmantelamento das medidas excepcionais de intervenção.

Mas o facto mais importante não foi este, mas antes um detalhe da maior importância: os bancos que ainda usam estes mecanismos de acesso facilitado de liquidez já não incluem instituições do “norte”, antes presentes em grande número, sendo agora um conjunto constituído apenas por instituições do sul. Trata-se, em concreto, dos bancos espanhóis, dos portugueses e dos gregos. Só alguém muito distraído não lê neste desfecho um sinal claríssimo do que nos espera. Neste

grupo inclui, naturalmente, as sumidades socialistas que na quarta-feira voltaram à carga com a oportuníssima regionalização.

*

As recentes dificuldades criadas pelo desempenho financeiro de vários dos Estados-membros da moeda única vão ter consequências importantes sobre o governo da zona euro.

Para já, sabemos da vontade de aplicar os termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento com o rigor que faltou no passado. Todavia, penso que não será suficiente a expectativa de que o Ecofin aprenda com os erros e passe a avaliar com rigor, retirando as devidas consequências, a evolução das posições orçamentais dos diferentes membros da moeda única.

Muito provavelmente, estará em cima da mesa a avaliação prévia da posição orçamental de cada país antes da aprovação dos orçamentos pelos respectivos parlamentos. Poderá estar em cima da mesa a perda de boa parte do módico de autonomia que resta aos membros do euro em termos de políticas de estabilização macroeconómica.

Pode não ser muito diferente da imposição de limites constitucionais à evolução da Despesa e da Dívida. Nada mais falso: nunca deveremos esperar que a vontade de terceiros substitua a nossa e anule ainda mais o nosso próprio campo de manobra. Porém, também não podemos esquecer que quanto mais procrastinarmos, mais provável será a entrega do nosso destino à vontade de terceiros...

- (*) **Economista, Gestor, Conselheiro Nacional do PSD**

Notícias de Évora

PSD quer ajudar a repor o equilíbrio das finanças da autarquia

O PSD/Évora está preocupado com a degradação da situação financeira do município de Évora, em resultado de opções erradas na gestão dos recursos da autarquia e agravada pela conjuntura económica desfavorável. De forma concertada, o PSD alertou repetidamente a Câmara Municipal de Évora, através do vereador eleito,

bem como a Assembleia Municipal, através do grupo municipal do PSD, conscientes dos reflexos negativos da situação para o futuro de Évora e para a vida dos seus munícipes, recomendando a preparação urgente de uma análise pormenorizada da situação e a consequente apresentação de uma alteração orçamental que conduza

ao (re)equilíbrio financeiro do município.

Recorde-se que o PS demorou a aceitar na Câmara a proposta do PSD, rejeitando-a primeiro em Assembleia Municipal, enquanto que a CDU optou por se alhear do esforço de procura de soluções locais, a construir, gerir e executar a partir da Câmara Municipal e não a partir do Governo.

Pelo contrário, o PSD manifestou, uma vez mais, estar disponível, para trabalhar com toda a Câmara de Évora, na procura de soluções que permitam ultrapassar a difícil situação a que se chegou, antes que a mesma se torne insustentável e justifique a intervenção do poder central. As consequências dessa intervenção seriam desastrosas para a vida da população e agentes do concelho: fixação de limites máximos para os impostos municipais, incapacidade de apoiar os agentes dinamizadores da sociedade civil no desenvolvimento de actividades de interesse público, limitação da aquisição de bens e serviços e restrição da adjudicação de empreitadas.

A comissão política da Secção do PSD/Évora quer assim evitar a intervenção do Governo no saneamento financeiro da Câmara de Évora, juntando esforços e vontades em torno de medidas urgentes que perspectivem uma situação de (re)equilíbrio financeiro na autarquia.



Notícias de Macedo de Cavaleiros

Adão Silva questiona tutela por causa da inoperacionalidade do helicóptero do INEM

Adão Silva quer conhecer os motivos que levaram a que a equipa médica afecta ao helicóptero do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) de Macedo de Cavaleiros não estivesse disponível no dia 7 de Julho e quem é o responsável por esta indisponibilidade. Num conjunto de perguntas, dirigidas à ministra da Saúde, o deputado social-democrata questiona ainda se o ministério vai apurar responsabilidades, se é verdade que existe já uma listagem de dias em que se prevê a inoperacionalidade do helicóptero por indisponibilidade de equipa médica e como estão a ser informadas as populações e muito especialmente os serviços de bombeiros e os serviços locais de saúde".

Para o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, "a colocação de um helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros, com vocação para servir toda a região transmontana, decorreu de um compromisso do Ministério da Saúde, vertido em diversos protocolos estabelecidos com as Câmaras Municipais locais". Adão Silva acrescenta

ta ainda que nos três meses de operação do helicóptero do INEM, foram largamente cumpridas as expectativas das populações e dos serviços de saúde: intervenções rápidas e eficientes em situações de emergência, disponibilização de cuidados de saúde adequados e encaminhamento célere dos doentes emergentes para as urgências hospitalares mais adequadas.



Notícias do Algarve

Urgências do Centro Hospitalar do Barlavento funcionam apenas com um médico

Bacelar Gouveia e Clara Carneiro querem saber se o conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio deu ordens para que as urgências dos Hospitais de Portimão e Lagos apenas funcionem com um clínico, que irá assegurar as especialidades de Medicina Interna, Cirurgia e Ortopedia, tudo em nome da necessidade de reduzir a despesa. Os deputados questionam ainda quais as medidas urgentes a tomar para reforçar os clínicos das mencionadas urgências dos Hospitais de Portimão e Lagos e "qual o motivo para a repetição de problemas em cada novo período estival".

Os parlamentares consideram esta é uma situação preocupante, sobretudo numa altura do ano em que a região do Algarve, que tem uma população fixa de 500 mil pessoas, normalmente triplica o número de pessoas residentes, devido à sua forte sazonalidade.

Como se isso não bastasse, acrescentam os deputados, "o Algarve ainda fica mais atormentado pelas naturais exigências que uma região eminentemente turística coloca em países do 1.º Mundo, em que o turismo de todas as idades não pode prescindir de um elevado padrão de qualidade nos cuidados de saúde, sendo este hoje um dos factores determinantes na escolha dos destinos turísticos que pretendam manter a sua excelência, como obviamente se deseja que seja o caso do Algarve".

Ponta Delgada

Mais de cinco mil açorianos em lista de espera para consulta hospitalar

Existem 5300 açorianos em lista de espera para consulta médica no hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, o que revela o fracasso da política de saúde do governo regional socialista. A acusação foi feita pelo deputado regional Pedro Gomes, durante uma sessão de perguntas ao executivo sobre Saúde. "Há inúmeros doentes que aguardam há muito mais de seis, nove ou 18 meses por uma consulta. O que é que o governo regional vai fazer para corrigir esta situação, que deixa 5310 açorianos à espera de uma primeira

consulta no maior hospital da Região?", questionou Pedro Gomes.

O parlamentar do PSD/Açores referiu que, dos mais de 5300 pacientes em lista de espera para consulta no hospital de Ponta Delgada, cerca de dois mil "não têm marcação", além de haver mais de quatro mil doentes a aguardar cirurgia naquela unidade de saúde.

Pedro Gomes acrescentou ainda que nem todos estes pacientes constam das listas publicitadas pelo governo regional.



Corvo

PS "defraudou" expectativas dos cidadãos da ilha

O PSD/Açores considera que a maioria socialista "defraudou" as expectativas dos cidadãos do Corvo ao chumbar a proposta de criação do ensino secundário na ilha, prometida pelo presidente do governo regional na pré-campanha eleitoral de 2008.

De acordo com o deputado do PSD, Rui Ramos, o governo de Carlos César prometeu em Abril de 2008 - a seis meses das eleições legislativas regionais -, a instalação do ensino secundário na escola Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo.

Rui Ramos salientou que o projecto de resolução apresentado apenas visava recomendar ao governo regional "que cumprisse aquilo que prometeu a seis meses das eleições regionais". "Afinal, as palavras do presidente do governo não passaram disso mesmo: meras palavras e promessas vãs em período de campanha eleitoral", lamentou Rui Ramos, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante o debate sobre um projecto de resolução que propunha a instalação do ensino secundário no Corvo.



Armas ilegais no arquipélago inquietam deputados do PSD

Os deputados nacionais Mota Amaral e Joaquim Ponte pretendem saber se o Governo tem conhecimento do "estudo da Universidade de Coimbra que concluiu que cerca de 80 por cento das armas ilegais apreendidas nos Açores, entre 2004 e 2008, já tinham sido registadas em Portugal", confirmando que "a região faz parte do circuito nacional de armas ilegais". Num conjunto de perguntas, dirigidas ao Ministro da Administração Interna, os parlamentares questionam ainda se o executivo irá "reforçar as medidas de segurança na Região tendo em conta a importância que parece assumir no circuito nacional de armas ilegais" e "que medidas tomou, ou vai tomar, no sentido de garantir a tranquilidade e o conforto da população açoriana".

Os deputados eleitos pelos Açores lembram que um porta-voz da PSP afirmou que as autoridades policiais recuperam diariamente 14 armas "que são extraviadas, perdidas ou roubadas", e admitiu que "residualmente" possam entrar armas ilegais pelas fronteiras marítima e aérea. Neste sentido, os deputados perguntam ao Governo se prevê algum reforço dos meios marítimos e aéreos para garantir a segurança do território regional.



Maria da Graça Carvalho quer expandir competências da Agência Europeia da Segurança Marítima

Durante a reunião que decorreu na semana passada (no Parlamento Europeu) dos coordenadores das comissões ENVI e ITRE sobre os desastres ambientais relacionados com o petróleo, com a presença do Comissário para a Energia Gunther Oettinger, Maria da Graça Carvalho sugeriu expandir as competências da Agência Europeia da Segurança Marítima, localizada em Lisboa desde Maio de 2006, de modo a criar mecanismos de supervisão da segurança das plataformas petrolíferas e de prevenção de desastres ambientais relacionados com a exploração petrolífera.

Para formalizar esta sugestão, Maria da Graça Carvalho enviou uma carta ao Comissário para a Energia Gunther Oettinger.

A Deputada do PSD manifestou que, "Tendo em conta o desastre ambiental verificado no Golfo de México, que tem sido responsável pelo derramamento de cerca de 20.000 barris de petróleo no mar por dia, e tendo a Europa explorações no Mar do Norte, no Mar Negro e no Mediterrâneo, é importante assegurar a protecção das nossas costas".

Na passada sessão plenária de Julho, o Comissário Europeu anunciou que a Comissão Europeia está a analisar a legislação europeia nesta matéria, sobretudo no que se refere a segurança e responsabilidade para lançar uma moratória sobre as novas explorações petrolíferas e reforçar a legislação em vigor.

Segundo Maria da Graça Carvalho "não é preciso criar uma nova agência para estas novas competências, uma vez que tal suporia mais custos administrativos e logísticos. Podemos aproveitar as infra-estruturas da Agência Europeia da Segurança Marítima, que tem uma posição privilegiada e estratégica e incorporar estas competências na agência que está em Portugal."

A Agência Europeia da Segurança Marítima presta apoio e assistência técnica à Comissão Europeia e aos Estados Membros, no desenvolvimento e aplicação da legislação comunitária em matéria de segurança e protecção marítima e da poluição por navios. Também lhe foram atribuídas tarefas operacionais nos domínios da resposta à poluição por hidrocarbonetos, do acompanhamento de navios e da identificação e seguimento de navios a longa distância.



Maria da Graça Carvalho é Deputada ao Parlamento Europeu. É membro efectivo da Comissão Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro suplente na Comissão Especial

sobre os recursos orçamentais da UE e Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. - *Correspondente*

Regina Bastos reúne com jovens portugueses que participam em jornada de luta contra a pobreza

A Deputada europeia do PSD, Regina Bastos, reuniu-se no Parlamento Europeu com um grupo de jovens portugueses, por iniciativa dos mesmos, que participam esta semana num evento organizado pela Eurochild no âmbito do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social.

Outros Deputados europeus estiveram também presentes num encontro que teve como principal objectivo "sensibilizar os Deputados portugueses no Parlamento Europeu para o crescente problema da pobreza no nosso país, sobretudo ao nível das crianças e dos jovens" afirmou a Deputada do PSD.

Regina Bastos salienta o "forte empenhamento cívico deste grupo de jovens e destas associações portuguesas (AGIR XXI e CEBI), integradas na rede europeia Eurochild, no sentido de combater, nas suas áreas de influência, o fenómeno crescente da pobreza infantil e juvenil"

Estes jovens são também embaixadores em Portugal da campanha para a erradicação da Pobreza Infantil (www.endchildpoverty.eu) e poderão vir a participar no evento da Presidência belga da UE no dia 2-3 de Setembro de 2010 em Marche-en-Famene. - *Correspondente Eurochild - mais informações em www.eurochild.org*



No Brasil

Que se passa com o Centro de Apoio de São Paulo? O Estado cumpre ou não as suas promessas? - Pergunta Páscoa Gonçalves



em São Paulo com o objectivo de apoiar os seus compatriotas em dificuldades financeiras, sobretudo aqueles em idade avançada.

A provedoria é uma instituição de utilidade pública e os seus encargos financeiros são suportados pela comunidade luso-brasileira de São Paulo.

A entidade mantém um lar para idosos carenciados e fragilizados, que abriga actualmente 62 pessoas, contando com médicos, enfermeiros, entre outros especialistas, para o atendimento.

“Em 2005, a pedido do consulado de Portugal em São Paulo, foi criado um centro de apoio na Casa de Portugal, que é mantido pela provedoria da comunidade portuguesa de São Paulo”, disse o deputado.

Segundo Páscoa Gonçalves, “este centro de apoio faz, na realidade, o trabalho de assistência social que o consulado teria de fazer”.

“A instituição tem assistentes sociais, advogados, cuidam dos programas do ASIC (Apoio Social aos Idosos Carenciados das Comunidade Portuguesas) e do ASEC (Apoio Social aos Emigrantes Carenciados), dão orientações às pessoas para regularização das suas pensões, visitam os presos, distribuem cestas básicas para pessoas que não têm condições mínimas de alimentação, ajudam na compra de medicamentos, enfim, fazem aquele trabalho que caberia à área social do consulado de São Paulo”, referiu ainda.

Páscoa Gonçalves disse que a provedoria faz este trabalho com “muito brilhantismo”, mas “o problema é que houve uma promessa do Governo português, ao ser criado este centro de apoio, em custeá-lo”.

“Não há a possibilidade da provedoria estar a desviar recursos do lar de idosos para fazer este trabalho, que tem de ser feito pelo consulado de São Paulo”, indicou, revelando que “o último apoio que receberam foi de 75 mil euros em janeiro de 2009”.

“Estamos a meio de 2010 e até agora ninguém se pronunciou sobre isso”, argumentou.

“Eu penso que o trabalho que a provedoria desempenha é bom, deve continuar a ser feito, mas eles têm de ser reembolsados pelos seus custos, mesmo que seja parcialmente, tem de haver uma contribuição do Estado português, porque o centro está a substituir o Estado português nesta apoio social aos mais necessitados”, finalizou o deputado.

- Fonte: GP/PSD



A Eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho, e o VO deputado Carlos Páscoa Gonçalves questionou, no dia 16, o Governo sobre o apoio do Estado português à Provedoria da Comunidade Portuguesa de São Paulo, Brasil, para manter um centro de apoio social.

“Como o Governo não se manifesta sobre este apoio, esta é a razão de ter feito as questões para que oficialmente declarem se vão apoiar e, se não, como vão passar a resolver este problema através do consulado (de Portugal em São Paulo), porque a provedoria não tem recursos para manter o centro de apoio”, disse à Agência Lusa o deputado da Emigração eleito pelo círculo Fora da Europa.

A Provedoria da Comunidade Portuguesa de São Paulo foi fundada em 1968 por um grupo de portugueses residentes



24 JULHO
(sábado)

Auditório Municipal
PONTE de LIMA 21.00 horas

CONFERÊNCIA

POR UMA REFORMA DA ECONOMIA NACIONAL – PROPOSTAS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

CONFERENCISTA: *Prof. Doutor Diogo Leite Campos*
Catedrático, Fiscalista e Vice-Presidente da CPN do PSD

Organização: *Gabinete de Estudos e Informações do PSD/Alto-Minho*

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir no próximo dia 17 de Setembro 2010 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, nº 823 - 2º frente, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição Comissão Política de Secção
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h30

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja, para reunir no próximo dia 17 de Setembro 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, nº 109, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição Comissão Política de Secção
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vendas Novas, para reunir no próximo dia 24 de Julho 2010 (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Av. da República, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise e discussão da situação política nacional
- 3 - Análise e discussão da situação política local

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 10 de Setembro 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00



FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Faro, para reunir no próximo dia 04 de Setembro de 2010 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD/Faro, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 - 1.º Dtº, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Marcação das eleições para a Mesa do plenário e Comissão Política da JSD/Faro;
- 2 - Análise de eventual apoio a Candidatura ao PSD/Algarve;
- 3 - Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Faro
(Filipa Correia da Silva)

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Mafra, para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2010 (6.ª-feira), pelas 21 horas, na Sede da JSD/Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

a)As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD;

b)As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h30m.

O Presidente da Mesa do Plenário
(José Bizarro)

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2010, às 21h30m, na Sede Concelhia de Ponte da Barca, sita no Edifício Afonso III, na Rua do Emigrante, n.º 1 R, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política.
- A Presidente da Mesa do Plenário
(Olga Dias Cerqueira)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 4 de Setembro de 2010 (Sábado), pelas 21 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 - R/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: 1 - As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 - As urnas estarão abertas por um período de 3 horas.

3 - As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Portimão
(Pedro Marreiros Leite Roma)